

STJ00090771

**Coordenadores**

MINISTRO ANTONIO CEZAR PELUSO  
MORGANA DE ALMEIDA RICHÁ

Coordenadores da Coleção ADERS  
ADA PELLEGRINI GRINOVER  
KAZUO WATANABE



*Conciliação e Mediação:  
Estruturação da Política  
Judiciária Nacional*  
CNJ

**Colaboradores**

*Ada Pellegrini Grinover  
Adriana Goulart Sena  
André Gomma de Azevedo  
Andréa Maciel Pachá  
Caetano Lagrasta Neto  
Carlos Alberto Carmona  
Daniela Monteiro Gabbay  
Eduardo Kurtz Lorenzoni  
Eliana Calmon*

*Germana de Oliveira Moraes  
Giovanni Olsson  
José Guilherme Vasi Werner  
Kazuo Watanabe  
Marco Aurélio Gastaldi Buzzi  
Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira  
Morgana de Almeida Richa  
Roberto Portugal Bacellar  
Valeria Ferioli Lagrasta Luchiari*



Rio de Janeiro

- A EDITORA FORENSE se responsabiliza pelos vícios do produto no que concerne à sua edição, aí compreendidas a impressão e a apresentação, a fim de possibilitar ao consumidor bem manuseá-lo e lê-lo. Os vícios relacionados à atualização da obra, aos conceitos doutrinários, às concepções ideológicas e referências indevidas são de responsabilidade do autor e/ou atualizador.  
As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei n. 8.078, de 11.09.1990).

- **Conciliação e Mediação: Estruturação da Política Judiciária Nacional**

ISBN 978-85-309-3630-3

Direitos exclusivos para o Brasil na língua portuguesa

Copyright © 2011 by

**EDITORA FORENSE LTDA.**

Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional

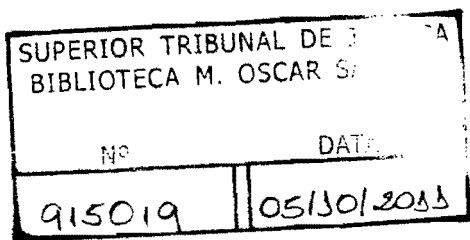
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar – 20040-040 – Rio de Janeiro – RJ

Tel.: (0XX21) 3543-0770 – Fax: (0XX21) 3543-0896

bilacpinto@grupogen.com.br | www.grupogen.com.br

- O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei n. 9.610, de 19.02.1998).  
Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator, nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei n. 9.610/98).

1ª edição – 2011



- CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.  
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

C747

Conciliação e mediação: estruturação da política judiciária nacional/coordenadores Morgana de Almeida Richa e Antonio Cezar Peluso; colaboradores Ada Pellegrini Grinover... [et. al.]. – Rio de Janeiro: Forense, 2011.

(ADR: Alternative Dispute Resolutions)

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-85-309-3630-3

I. Mediação. 2. Resolução de disputa (Direito). I. Richa, Morgana de Almeida. II. Grinover, Ada Pellegrini, 1933 – III. Série

11-2960

CDD: 347

915019

## Índice Sistemático

<i>Apresentação do Selo ADRs – Ada Pellegrini Grinover e Kazuo Watanabe.....</i>	VII
<i>Agradecimento – Morgana de Almeida Richa.....</i>	IX
<i>Apresentação – Antonio Cezar Peluso.....</i>	XI

### Parte I

#### ACESSO À JUSTIÇA – POLÍTICA PÚBLICA DE TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS DE INTERESSES

Política Pública do Poder Judiciário Nacional para Tratamento Adequado dos Conflitos de Interesses – <i>Kazuo Watanabe.....</i>	3
Desafios de Acesso à Justiça ante o Fortalecimento da Autocomposição como Política Pública Nacional – <i>André Gomma de Azevedo.....</i>	11
O Poder Judiciário e o Paradigma da Guerra na Solução dos Conflitos – <i>Roberto Portugal Bacellar.....</i>	31

### Parte II

#### HISTÓRIA DO MOVIMENTO PELA CONCILIAÇÃO

Movimento pela Conciliação – Um Breve Histórico – <i>Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.....</i>	41
Evolução da Semana Nacional de Conciliação como Consolidação de um Movimento Nacional Permanente da Justiça Brasileira – <i>Morgana de Almeida Richa.....</i>	61
A Bandeira da Paz na Justiça Brasileira (Nascimento, Berço e Vida durante a Gestão Inicial do CNJ) – <i>Germana de Oliveira Moraes e Eduardo Kurtz Lorenzoni.....</i>	73
Movimento pela Conciliação – O Foco na Sociedade – <i>Andréa Maciel Pachá.....</i>	85

### Parte III

#### FORMAS AUTOCOMPOSITIVAS E ALTERNATIVAS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A Conciliação Judicial – Avanços, Retrocessos e Esperança – <i>Caetano Lagrasta Neto.....</i>	95
Conciliação Judicial na Justiça Federal – <i>Eliana Calmon.....</i>	107
A Conciliação Judicial Trabalhista em uma Política Pública de Tratamento Adequado e Efetivo de Conflitos de Interesses – <i>Adriana Goulart de Sena.....</i>	115

Técnicas de Juízo Conciliatório na Justiça do Trabalho – <i>Adriana Goulart de Sena e Giovanni Olsson</i> .....	141
Conciliação e Mediação Judiciais no Projeto de Novo Código de Processo Civil – <i>Ada Pellegrini Grinover</i> .....	171
Técnicas de Mediação para Magistrados – <i>Roberto Portugal Bacellar</i> .....	181
A Arbitragem como Meio Adequado de Resolução de Litígios – <i>Carlos Alberto Carmona</i> ..	199
Negociação – <i>Daniela Monteiro Gabbay</i> .....	211

#### Parte IV

#### A RESOLUÇÃO N. 125 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

A Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça: Origem, Objetivos, Parâmetros e Diretrizes para a Implantação Concreta – <i>Valeria Ferioli Lagrasta Luchiar</i> .....	229
Dos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – <i>Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira</i> .....	251
Dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – <i>Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira</i> .....	261
A Formação em Processos Autocompositivos – <i>André Gomma de Azevedo e Roberto Portugal Bacellar</i> .....	273
O Controle Estatístico na Resolução n. 125 do Conselho Nacional de Justiça – <i>José Guilherme Vasi Werner</i> .....	291